

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	77.864.966
Preferenciais	0
Total	77.864.966
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	233.312	236.208
1.01	Ativo Circulante	60.191	57.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.227	4.175
1.01.02	Aplicações Financeiras	41	3.612
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	3.573
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	41	39
1.01.03	Contas a Receber	14.700	19.358
1.01.03.01	Clientes	14.536	18.956
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	164	402
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.439	15.673
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.439	15.673
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.784	14.416
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	10.014	9.466
1.01.08.03	Outros	3.770	4.950
1.02	Ativo Não Circulante	173.121	178.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.121	178.974
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	19.281
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	142.354	114.132
1.02.01.04	Contas a Receber	12.651	12.120
1.02.01.04.01	Clientes	12.651	12.120
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.862	21.364
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.952	4.022
1.02.01.07.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	3.910	17.342
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.254	12.077
1.02.01.10.03	Outros Ativos	9.254	12.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	233.312	236.208
2.01	Passivo Circulante	7.118	9.633
2.01.03	Obrigações Fiscais	210	1.226
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	210	1.226
2.01.03.01.02	Passivos Fiscais Correntes	210	922
2.01.03.01.03	Passivos Fiscais Diferidos	0	304
2.01.05	Outras Obrigações	6.908	8.407
2.01.05.02	Outros	6.908	8.407
2.01.05.02.06	Recursos de Emissão de Títulos	76	104
2.01.05.02.07	Obrigações por Aquisição de Recebíveis	721	720
2.01.05.02.08	Diversas	6.111	7.583
2.02	Passivo Não Circulante	6.876	6.213
2.02.02	Outras Obrigações	3.968	4.111
2.02.02.02	Outros	3.968	4.111
2.02.02.02.05	Recursos de Emissão de Títulos	3.968	4.111
2.02.03	Tributos Diferidos	670	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	670	0
2.02.03.01.01	Passivos Fiscais Diferidos	371	0
2.02.03.01.02	Passivos Fiscais Correntes	299	0
2.02.04	Provisões	2.238	2.102
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.238	2.102
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8	8
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.230	2.094
2.03	Patrimônio Líquido	219.318	220.362
2.03.01	Capital Social Realizado	174.201	174.201
2.03.01.01	Capital Social	174.201	174.201
2.03.02	Reservas de Capital	17.048	17.048
2.03.02.07	Reserva de Ágios por Subscrição de Ações	17.048	17.048
2.03.04	Reservas de Lucros	33.235	33.235
2.03.04.01	Reserva Legal	8.582	8.582
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	24.653	24.653
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.194	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-150
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.972	-3.972
2.03.08.01	Ágio em Transações de Capital	-3.972	-3.972

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	-35	63	137	664
3.01.01	Receita de Prestação de Serviços	-35	63	137	664
3.03	Resultado Bruto	-35	63	137	664
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.280	-9.606	-3.956	-10.490
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.381	-8.886	-5.937	-13.065
3.04.02.01	Despesa com Pessoal	-191	-465	-730	-2.747
3.04.02.02	Outras Despesas Administrativas	-3.217	-5.804	-2.844	-5.614
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-1.009	-2.408	-1.496	-3.434
3.04.02.04	Provisões (Líquidas)	36	-209	-867	-1.270
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-2.839	-3.655	-7.904	-4.034
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.689	3.012	10.222	6.657
3.04.04.01	Benefício Residual em Operações Securitizadas	1.112	956	4.459	6.046
3.04.04.02	Ganhos/(Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros	-38	-47	4.608	-2.118
3.04.04.05	Outras Receitas Operacionais	615	2.103	1.155	2.729
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	251	-77	-337	-48
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.315	-9.543	-3.819	-9.826
3.06	Resultado Financeiro	3.729	7.708	-1.832	11.366
3.06.01	Receitas Financeiras	3.801	7.835	6.733	24.907
3.06.01.01	Receitas com Juros e Similares	3.801	7.835	6.733	24.907
3.06.02	Despesas Financeiras	-72	-127	-8.565	-13.541
3.06.02.01	Despesas com Juros e Similares	-147	-295	-8.908	-13.828
3.06.02.02	Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	75	168	343	287
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.586	-1.835	-5.651	1.540
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	550	641	1.930	-500
3.08.01	Corrente	-242	-299	-1.923	-5.891
3.08.02	Diferido	792	940	3.853	5.391
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.036	-1.194	-3.721	1.040
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.036	-1.194	-3.721	1.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01330	-0,01533	-0,04780	0,01335
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01330	-0,01533	-0,04780	0,01335

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.036	-1.194	-3.721	1.040
4.02	Outros Resultados Abrangentes	123	150	22	-406
4.02.01	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	187	228	33	-615
4.02.02	Efeito tributário	-64	-78	-11	209
4.03	Resultado Abrangente do Período	-913	-1.044	-3.699	634

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.193	-13.857
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.024	8.691
6.01.01.01	(Prejuízo)/Lucro Antes dos Efeitos Tributários	-1.835	1.540
6.01.01.02	Perda por Impairment	0	73
6.01.01.04	(Ganho)/Perda com Ativos e Passivos Financeiros	47	2.118
6.01.01.05	(Ganho)/Perda no Valor Recuperável de Ativos Financeiros	3.655	4.029
6.01.01.06	Reversão de Provisão para Contingências	209	1.270
6.01.01.07	Reversão para Desvalorização de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	0	-108
6.01.01.08	(Ganho)/Perda na venda de ativos não correntes mantidos para venda	-52	-231
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.169	-22.548
6.01.02.02	(Aumento)/Redução de Recebíveis Imobiliários	232	-3.807
6.01.02.03	(Aumento)/Redução de Benefício Residual em Operações Securitizadas	1.960	-823
6.01.02.04	(Aumento)/Redução de Outros Ativos Financeiros	1.162	57
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Derivativos Ativos	0	-132
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em Impostos Ativos	-333	1.219
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	575	-1.293
6.01.02.08	Aumento/(Redução) de Derivativos Passivos	0	-5.421
6.01.02.09	Aumento/(Redução) de Recursos de Emissão de Títulos	-171	-451
6.01.02.10	Aumento/(Redução) de Passivos Fiscais	-712	-3.625
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Outros Passivos	-1.544	-8.272
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.141	8.901
6.02.02	Variação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	23.082	17.189
6.02.03	Variação de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-28.223	-8.288
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	3.944
6.03.01	Aumento/(Redução) de Obrigações por Empréstimos	0	3.944
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.948	-1.012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.175	2.819
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.227	1.807

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	174.201	13.076	36.580	0	-150	223.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-3.345	0	0	-3.345
5.02.01	Mudança na Adoção Inicial do CPC 48	0	0	-3.345	0	0	-3.345
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	174.201	13.076	33.235	0	-150	220.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.194	150	-1.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.194	0	-1.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	150	150
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	150	150
5.07	Saldos Finais	174.201	13.076	33.235	-1.194	0	219.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	174.201	13.076	29.325	0	70	216.672
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-3.591	0	0	-3.591
5.02.01	Mudança na Adoção Inicial do CPC 48	0	0	-3.591	0	0	-3.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	174.201	13.076	25.734	0	70	213.081
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.040	-406	634
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.040	0	1.040
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-406	-406
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-406	-406
5.07	Saldos Finais	174.201	13.076	25.734	1.040	-336	213.715

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	6.842	13.334
7.01.02	Outras Receitas	6.842	13.334
7.01.02.01	Receita/(Despesa) Líquida com Juros	7.540	11.079
7.01.02.02	Benefício Residual em Operações Securitizadas	956	6.046
7.01.02.03	Receita de Prestação de Serviços	63	664
7.01.02.04	Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos e Passivos Financeiros	-47	-2.118
7.01.02.05	(Perdas)/Ganhos Líquidos com a Baixa de Ativos e Passivos	168	287
7.01.02.06	(Perdas)/Ganhos por Redução ao Valor Recuperável	-3.655	-4.035
7.01.02.07	Outras Receitas Operacionais Líquidas	1.817	1.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.364	-4.855
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.626	-2.562
7.02.04	Outros	-1.738	-2.293
7.02.04.01	Propaganda, Publicidade, Publicações	-208	-245
7.02.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-420	-856
7.02.04.04	Processamento de Dados	-76	-452
7.02.04.05	Cartório	-408	-616
7.02.04.07	Outras	-626	-124
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.478	8.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.478	8.479
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.478	8.479
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.478	8.479
7.08.01	Pessoal	390	2.385
7.08.01.01	Remuneração Direta	259	1.930
7.08.01.02	Benefícios	106	277
7.08.01.03	F.G.T.S.	25	178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.842	4.314
7.08.02.01	Federais	-37	2.531
7.08.02.03	Municipais	1.879	1.783
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	440	740
7.08.03.02	Aluguéis	440	740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.194	1.040
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.194	1.040

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

MERCADO DE ATUAÇÃO

A empresa, controlada integralmente pelo Banco PAN S.A., atua no segmento de securitização de créditos, através de aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio para emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), respectivamente.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O saldo de Recebíveis Imobiliários em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 26.355 mil, comparados a R\$ 37.008 mil em 30 de junho de 2017.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 7.108.579 mil, comparados a R\$ 7.779.588 mil em 30 de junho de 2017, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 7.181.157 mil em 30 de junho de 2018 comparados a R\$ 7.870.504 mil em 30 de junho de 2017.

O volume de carteiras securitizadas com coobrigação em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 3.653 mil comparados a R\$ 4.437 mil em 30 de junho de 2017, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 4.044 mil em 30 de junho de 2018 comparados a R\$ 7.162 mil em 30 de junho de 2017 (série 95-96).

Os resultados líquidos estão apresentados abaixo em R\$ mil:

2T18	2T17
824	(565)

O saldo do Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 221.179 mil e R\$ 235.173 mil de total de Ativos.

Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Anuais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do exercício social de 2016, pela BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities, no trimestre e no ano não contratou e nem teve serviços prestados pela BDO não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Companhia, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Notas Explicativas

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco Pan S.A.. Tem como objetivo social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio e, securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e/ou CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e/ou recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs. Para a Série 95 e 96, a Companhia responde por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira dos CRIs (descritas na Nota 6.a).

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única do Banco PAN que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e controles, operacional, comercial, administrativo, financeira e legal necessária à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards*) - "IFRS", implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações trimestrais foram aprovadas pela Diretoria em 03/08/2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base, além das normas internacionais vigentes até 31/12/2017, em novas normas e interpretações aplicáveis que entraram em vigor a partir de 01/01/2018. São elas:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Norma emitida na sua versão final em 24/07/14 e aprovada pelo *International Standard Accounting Standard Board* (IASB), em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros, estabelecendo novas regras de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável (*impairment*) e *hedge accounting*.

CPC 47 - Receita de contrato com cliente:

Consiste no princípio básico de reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que se espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas informações trimestrais foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

Notas Explicativas

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

• Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Notas Explicativas

• Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
 - ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;
- ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;
- iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e
- iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Notas Explicativas

• Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.
- iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47;
- iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido;

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

• Mensuração dos ativos financeiros

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

• Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

• Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Notas Explicativas

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Notas Explicativas

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Hedge accounting:

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações contábeis, do efeito da gestão de Riscos no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

i) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

j) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do período. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído

Notas Explicativas

refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 16.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3b e 3c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";
- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3h, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações;
- Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 7.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

l) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

4) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo IASB:

I. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 30/06/2018

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma foi aplicada retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros. Os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidos em lucros acumulados líquidos de créditos tributários.

Notas Explicativas

- CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o CPC 30, CPC 17, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma não trouxe impactos significativos.

A seguir, apresentaremos as alterações nas classificações dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 para a data base de 31/12/2017. Além disso, apresentaremos as conciliações de Patrimônio Líquido, Reservas e Resultado:

Classificação de Ativos Financeiros na Adoção Inicial do CPC 48

	Classificação original de acordo com o CPC 38	Saldo original de acordo com o CPC 38	Reclassificações	Remensurações	Saldo de acordo com o CPC 48	Classificação de acordo com o CPC 48
Ativos Financeiros	Empréstimos e recebíveis	39.481	39.481	(5.068)	34.413	Custo amortizado
	Disponíveis para venda	22.854	22.854	-	22.854	Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes
	Investimentos mantidos até o vencimento	114.171	114.171	-	114.171	Custo amortizado

Classificação de Ativos Financeiros na Adoção Inicial do CPC 47

	Classificação original de acordo com o CPC 30	Saldo original de acordo com o CPC 30	Reclassificações	Remensurações	Saldo de acordo com o CPC 47	Classificação de acordo com o CPC 47
Ativos Financeiros	Empréstimos e recebíveis	402	402	-	402	Ativos de Contrato

Conciliação do Patrimônio Líquido

Saldo publicado originalmente – CPC 38	223.707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.057)
Provisão para recebíveis por venda de BNDU	(11)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.723
Saldo ajustado – CPC 48	220.362

Conciliação do Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros

Saldo publicado originalmente - CPC 38	36.580
Remensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os Ativos Financeiros anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis de acordo com o CPC 38	(3.345)
Saldo ajustado - CPC 48	33.235

Conciliação do Resultado do semestre findo em 30/06/2017

Saldo publicado originalmente – CPC 38	1.436
Remensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os ativos Financeiros anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis	(396)
Saldo ajustado – CPC 48	1.040

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	2.227	4.175
Total	2.227	4.175

Notas Explicativas

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	22.854
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	22.854
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	142.395	114.171
Certificado de Depósito Bancário – CDB	142.395	114.171
Total	142.395	137.025

b) Prazo de vencimento:

	30/06/2018	31/12/2017
Até 360 dias	41	3.612
Acima de 360 dias	142.354	133.413
Total	142.395	137.025

c) Variações:

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do semestre	22.854	134.015
Adições (alienações) líquidas	(24.138)	(19.074)
Ajuste a valor de mercado	228	(5.431)
Juros	1.056	5.769
Ágio/Deságio	-	1.547
Saldo do fim do semestre	-	116.826

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do semestre	114.171	159.780
Adições (alienações) líquidas	24.356	(4.803)
Juros	3.868	8.537
Saldo do fim do semestre	142.395	163.514

7) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

a) Composição:

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela BS, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Ativos financeiros em custo amortizado	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano	30/06/2018	31/12/2017 (1)
Tranches 95 e 96 (2)	01/05/2023	TR	8,65%	3.653	4.010
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI – BS (3)	15/11/2034	INCC/IGPM /Poupança /CDI e sem Correção Monetária	0,00% até 14,24%	23.534	27.066
Total				27.187	31.076

(1) As estimativas de perdas de acordo com o CPC 38 foram remensuradas no montante de R\$ (5.057), em razão da adoção do CPC 48;

Notas Explicativas

- (2) As referidas tranches já foram securitizadas sendo utilizadas como lastro dos títulos registrados na rubrica "Recursos de emissão de títulos", porém sem a transferência integral dos riscos e benefícios, motivo pelo qual permanecem registradas no Balanço Patrimonial;
- (3) Em 30/06/2018, possui saldo líquido de provisão para perdas no montante de R\$ 20.929 mil.

b) Qualidade do crédito:

Os contratos de recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os recebíveis imobiliários são considerados como ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

8) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2018	31/12/2017
Recebíveis por venda de BNDU (1)	1.695	2.273
Transações pendentes de liquidação (2) (3)	480	1.064
Total	2.175	3.337

(1) Alteração no saldo publicado em 31/12/2017 pela adequação ao CPC 48 no montante de R\$ (11);

(2) Alteração no saldo publicado em 31/12/2017 pela adequação ao CPC 47 no montante de R\$ (402); e

(3) Corresponde a valores a receber: (i) de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para o pagamento de custas de emissão de série estruturada conforme termo de securitização e, cobertura de *rating*; e (ii) pela renegociação da aquisição de contratos de créditos imobiliários junto a empresas não ligadas.

9) ATIVOS NÃO RECORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2018	31/12/2017
Imóveis	10.481	9.933
Provisão para perda ao valor recuperável	(467)	(467)
Total	10.014	9.466

BNDU - Ativos não depreciáveis recebidos pela Companhia em liquidação total de ativos financeiros, representativos de contas a receber de terceiros, destinados à venda até um ano, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

Notas Explicativas

10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado operacional antes da tributação de acordo com o CPC 38	(1.835)	2.140
Ajustes de adoção do CPC 48	-	(600)
Resultado operacional antes da tributação de acordo com o CPC 48	(1.835)	1.540
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	623	(524)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	18	24
Imposto de renda e contribuição social	641	(500)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2017 CPC 38	Remensuração (31/12/2017)	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.299	1.722	1.325	(394)	4.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.254	-	165	(3)	1.416
Provisão para contingências cíveis	712	-	166	(120)	758
Provisão para contingências tributárias	3	-	-	-	3
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	78	-	-	(78)	-
Outras provisões	45	1.722	994	(58)	2.704
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	207	-	-	(135)	72
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10.d)	(304)	-	(67)	-	(371)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.995	1.722	1.258	(394)	4.581

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas em conjunto às demonstrações contábeis intermediárias, pelo Conselho de Administração da Companhia em 03/08/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Notas Explicativas

	Diferenças Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
2017	-	2.042	-	207	-	2.249
2018	1.204	1.773	72	-	1.276	1.773
2019	1.592	-	-	-	1.592	-
2020	2.084	-	-	-	2.084	-
Total	4.880	3.815	72	207	4.952	4.022

Em 30/06/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 4.172 (31/12/2017 - R\$ 3.786).

d) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Ajuste a valor de mercado sobre ágio	(304)	(67)	-	(371)
Total	(304)	(67)	-	(371)

11) OUTROS ATIVOS

	30/06/2018	31/12/2017
Despesas a apropriar	-	1.141
Depósitos judiciais e fiscais	1.145	863
Devedores diversos - País	450	171
Valores a receber de sociedades ligadas	-	301
Total	1.595	2.476

12) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	30/06/2018	31/12/2017
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (1)	4.044	4.215
Total	4.044	4.215

(1) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs com vencimento em 01/05/2023.

13) PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30/06/2018 e 31/12/2017, a Companhia possui registradas provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Processos cíveis	2.230	2.094
Processos tributários	8	8
Total	2.238	2.102

Notas Explicativas**b) Variações:**

	Trabalhistas	Cíveis (1)	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	-	2.094	8	2.102
Baixas	-	(73)	-	(73)
Constituições líquidas de reversões	-	209	-	209
Saldo em 30/06/2018	-	2.230	8	2.238

	Trabalhistas	Cíveis (1)	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	-	1.108	13	1.121
Baixas	(382)	(246)	-	(628)
Constituições líquidas de reversões	382	1.232	(5)	1.609
Saldo em 31/12/2017	-	2.094	8	2.102

(1) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

14) PASSIVOS FISCAIS

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 10.d)	371	304
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	299	-
COFINS a recolher	131	644
PIS a recolher	21	105
Impostos e contribuições sobre salários	24	125
Outros	34	48
Total	880	1.226

15) OUTROS PASSIVOS

	30/06/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	2.260	2.260
Obrigações por aquisições de recebíveis (1)	721	720
Valores a repassar (2)	2.746	3.415
Participações nos lucros a pagar	-	244
Obrigações com fornecedores	313	137
Provisão para pagamentos a efetuar	209	264
Valores a pagar a sociedades ligadas	583	1.263
Total	6.832	8.303

(1) Referem-se a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente à vista, atualizados por percentuais de 77,50% a 100% do CDI e 12,68% a 14,00% ao ano + IGPM, conforme respectivos contratos; e

(2) Referem-se a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia.

Notas Explicativas

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Composição do capital social e quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 174.201, e está dividido em ações ordinárias nominativas - escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2018	31/12/2017
Ordinárias	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966

(b) Prejuízo/Lucro por ação:

A seguir apresentamos a composição do prejuízo/lucro por ação básico e diluído em Reais:

	30/06/2018	30/06/2017
Básico/Diluído:		
Prejuízo/Lucro líquido	(1.194)	1.040
Quantidade ponderada de ações ordinárias	77.864.966	77.864.966
Prejuízo/Lucro líquido por ação ON (em Reais):	(0,01533)	0,01335

17) RESULTADO COM JUROS E SIMILARES

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas com juros e similares	7.835	24.907
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	3.868	8.715
Instrumentos de dívida	1.056	5.769
Recebíveis imobiliários	2.911	3.928
Variação cambial – Empréstimo BID	-	6.495
Despesas com juros e similares	(295)	(13.828)
Variação cambial – Empréstimo BID	-	(13.114)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(295)	(714)
Total	7.540	11.079

18) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 30/06/2018 foi apurado um prejuízo de R\$ 956 (30/06/2017 - R\$ 6.046).

19) RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de Assessoria Técnica. O saldo em 30/06/2018 é R\$ 63 (30/06/2017 - R\$ 664).

20) (PERDAS) GANHOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As (perdas) ganhos com ativos e passivos financeiros (que não são instrumento de patrimônio) são compostos de resultados na alienação e ajustes de avaliação ao valor justo dos instrumentos financeiros, exceto aqueles

Notas Explicativas

atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos. O saldo dessa rubrica está demonstrado a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado com operações de derivativos – <i>Swap</i>	-	(2.501)
Resultado com venda de ativos financeiros	(47)	383
Total	(47)	(2.118)

21) DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2018	30/06/2017
Honorários	-	1.168
Proventos	259	762
Encargos Sociais	100	540
Benefícios	106	277
Total	465	2.747

22) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2018	30/06/2017
Serviços técnicos especializados	3.308	1.997
Serviços do sistema financeiro	420	856
Aluguéis e condomínios	440	740
Cartório	408	616
Serviços de terceiros	318	565
Tecnologia e sistemas	76	452
Publicidade	208	245
Imóveis retomados	577	46
Outras	49	97
Total	5.804	5.614

23) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2018	30/06/2017
IPTU / ITBI	1.864	1.750
COFINS	394	1.180
IOF	71	280
PIS	64	191
ISS	15	33
Total	2.408	3.434

24) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	30/06/2018	30/06/2017
Riscos trabalhistas	-	382
Riscos cíveis	209	894
Riscos tributários / fiscais	-	(6)
Total	209	1.270

Notas Explicativas**25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	30/06/2018	30/06/2017
Variações monetárias ativas	974	1.915
Reembolso de despesas	339	671
Demais receitas operacionais	713	95
Total	2.026	2.681

O resultado divulgado originalmente em 30/06/2017 foi de R\$ 1.547, passando para R\$ 1.863 após os efeitos da adoção das normas CPC 48 e CPC 47.

26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Grau de relação	Prazo máximo	30/06/2018 Ativos (passivos)	31/12/2017 Ativos (passivos)	30/06/2018 Receitas (despesas)	30/06/2017 Receitas (despesas)
Disponibilidades						
Caixa Econômica Federal	Controladora indireta	Sem prazo	143	1.150	-	-
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	2	8	-	-
Total			145	1.158	-	-
Certificados de depósito bancário – CDB						
Banco PAN	Controlador direto	12/06/2021	139.508	111.562	3.786	5.028
Total			139.508	111.562	3.786	5.028
Letras de crédito imobiliário – LCI						
Brazilian Mortgages Cia. Hipotecária	Coligada	-	-	-	-	2.644
Total			-	-	-	2.644
Valores a receber						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	301	-	-
Total			-	301	-	-
Dividendos a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	-	(2.260)	(2.260)	-	-
Total			(2.260)	(2.260)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	-	-	(2.501)
Total			-	-	-	(2.501)
Cessão de crédito (1)						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	(583)	(1.136)	-	-
Total			(583)	(1.136)	-	-
Valores a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	(127)	-	-
Total			-	(127)	-	-

(1) Referem-se substancialmente a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito cedidas ao Banco PAN, valores estes que serão repassados em julho de 2018.

Notas Explicativas

27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Cupom de Outras Taxas de Juros	Taxas dos Cupons de Outras Taxas de Juros	(0)	(9)	(17)
Total em 30/06/2018		(0)	(9)	(17)
Total em 31/12/2017		(18)	(2.756)	(5.512)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Notas Explicativas

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:						
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	172.461.841,11	2.314.474,58	20.892.340,36	195.668.656,05
Recebíveis Imobiliários						
Total	-	-	172.461.841,11	2.314.474,58	20.892.340,36	195.668.656,05

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e

Notas Explicativas

passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 30/06/2018, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

28) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

29) INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs:

	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	8.524	9.678
Aplicações financeiras	42.567	57.764
Recebíveis imobiliários	7.108.579	7.540.963
Outros Ativos	67.113	62.056
Total do Ativo	7.226.783	7.670.461
Certificados de Recebíveis Imobiliários (1)	7.181.157	7.615.340
Outros passivos	36.372	43.907
Total do Passivo	7.217.529	7.659.247
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	9.254	11.214

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 1,0 % ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2017 – 1,5 % ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 95,00% a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Notas Explicativas

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs:

	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	151	5
Aplicações financeiras	4	21
Recebíveis do agronegócio	729.445	707.102
Total do Ativo	729.600	707.128
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (1)	729.445	707.102
Outros passivos	155	26
Total do Passivo	729.600	707.128
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	-	-

(1) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados entre 98% a 100% do CDI, com vencimento até 14/03/2023; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis do agronegócio.

Notas Explicativas

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

A Diretoria

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Brazilian Securities Companhia de Securitização

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com as informações semestrais relativas ao período findo em 30/06/2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações semestrais relativas ao período findo em 30/06/2018.